

Editorial

O mês de abril começa em contagem regressiva para o evento regional que estamos organizando juntamente com os grupos: PET Biologia – FURB e PET Elétrica - UDESC. O XI SulPET será sediado em Blumenau nas dependências da FURB e contará com apresentações culturais tipicamente alemãs e um jantar caracterizado pela culinária alemã. Este mês também temos uma outra novidade, localizada no canto direito do informativo, notou? O novo logo do PET Geografia, iniciado pelo bolsista Rodrigo da 3ª fase e finalizado com a opinião dos demais bolsistas. Nossa companheira de trabalho Andréa Rosa Lins desligou-se do programa no último mês, e para substituí-la abrimos um processo seletivo, que já temos o resultado, a nova bolsista Morgana Giovanella de Farias, aluna da terceira fase. Boa sorte Andréa que novos caminhos se abram e boas vindas à Morgana – que o PET lhe seja leve. Confira nossa programação!

Grupo PET-Geografia FAED/UDESC

PetGeo FAED/UDESC
<p>Expediente:</p> <p><u>Bolsistas:</u> Cauê Marques, Crisley Silveira Raitz, Cristina Maria Dalla Nora, Daniel Pereira de Lacerda, Emmanuel Costa, Fernanda Cerqueira, Juliana de Oliveira Baretta, Lívia Ceretta, Maria Luiza Rovaris Cidade, Morgana Giovanella de Farias, Nicole Cristina Scheidt Schmitt, Rodrigo Amaral. <u>Tutor(a):</u> Vera Lúcia Nehls Dias.</p> <p><u>Edição:</u> Cristina Maria Dalla Nora e Nicole Cristina Scheidt Schmitt <u>Revisão:</u> Cauê Marques <u>Colaboração:</u> Marilú Angela Campagner May e Maria Luiza Rovaris Cidade <u>Impresso</u> pelo Grupo PET-Geografia FAED/UDESC, em tamanho A4, fonte Times New Roman.</p> <p>Sugestões, reclamações, convites, opiniões: petgeo.udesc@gmail.com</p>

Nessa edição:

Página

<i>Artigo:</i> Aspectos do Comércio Internacional e Crescimento Econômico Brasil e China	02
<i>Seção PET-Indica:</i> Sugestões de literatura, cinema, e afins	16
<i>Seção Eventos:</i> datas e locais	16
<i>Seção Chamadas:</i> revistas e datas	17
<i>Informes PET Geo</i>	18
<i>Cronograma do PET</i>	19

ASPECTOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASIL E CHINA¹

Mariza Cezira Campagner²
Marilú Angela Campagner May³

1. ASPECTOS INICIAIS

As dificuldades para o crescimento das exportações têm uma perspectiva histórica. Estas se deram no último longo período, de grande expansão, entre 1967 e 1984. Nos anos 70, o crescimento da demanda internacional e as políticas de incentivo impulsionaram as exportações. Na década de 80, a grande expansão na capacidade de produção de insumos básicos e bens de capital, a recessão doméstica e as substanciais desvalorizações da moeda mantiveram o mercado internacional. Nos anos 90, a indústria passou por processo de abertura comercial, era essencial investir em infra-estrutura, para modernizar e ampliar a capacidade de oferta de transportes, incluindo portos aeroportos, de serviços de comunicações e de energia. A dificuldade central para acelerar e sustentar uma taxa de crescimento das exportações tem sido a relativamente baixa taxa de investimento na economia e no setor produtor de bens comerciáveis. Para o setor exportador deve estabelecer uma estrutura tributária e tarifária que reduza esses custos para níveis semelhantes aos dos países concorrentes e implantar uma estratégia negociadora agressiva multilateral, regional e bilateral, com a finalidade de obter acesso aos mercados importadores.

A comparação entre o desempenho das exportações brasileiras entre 1992 e 1996 é reveladora. A perda líquida de competitividade dos produtos manufaturados do Brasil atingiu US\$ 4,6 bilhões entre esses dois anos, ou um quarto do valor exportado pelo Brasil, nesses produtos em 1992. No mercado da Argentina, apesar do MERCOSUL, o Brasil perdeu competitividade em produtos manufaturados, no valor de US\$ 282 milhões, equivalentes a 10% do valor das exportações de manufaturados do Brasil para a Argentina, em 1992. Somente no mercado dos Estados Unidos, as perdas brasileiras de competitividade em manufaturados alcançaram US\$ 1,6 bilhão. A maior parte dessas perdas foi para o México, China e Canadá⁴. As limitações da oferta de produtos brasileiros frente à sua crescente absorção doméstica, a valorização do real e os efeitos da NAFTA, North America Free Trade Agreement⁵ (bloco econômico representado pelos Estados Unidos, Canadá e México e aberto aos Estados da América Central e do Sul) estão entre as razões para a perda de competitividade do Brasil no período.

O crescimento econômico desigual das diferentes partes do mundo é prejudicial aos países da África, Ásia e América Latina. Este fato requer políticas de assistência ao Terceiro Mundo com a finalidade de assegurar equilíbrio do sistema econômico internacional. Igualdade exige políticas compensatórias específicas, como, as que concedem facilidades de crédito, preferências comerciais e ajuda aos países pobres.

Nenhuma nação parece haver optado por uma dessas visões, excluindo as demais. A escolha do ponto de vista que informará a condução da economia altera-se conforme a conjuntura em virtude dos interesses domésticos e das condições prevalentes na realidade internacional. A experiência dos anos 90, após o término da Rodada Uruguai, cujos resultados: a desregulação e internacionalização dos

¹ Primeira parte do trabalho desenvolvido como parte dos estudos de Mestrado.

² Mestranda em Economia, UERJ, RJ. E-mail: marizacampagner@gmail.com

³ Geógrafa e Dra em Engenharia de Produção. E-mail: mariluangela@gmail.com

⁴ Ver Batista e Azevedo (2000) e Batista (2001)

⁵ Mais informações em: <http://www.naftaworks.org> e <http://www.dfait-maeci.gc.ca/nafta-alena>

mercados, o predomínio do livre comércio na orientação das políticas econômicas nacionais.

Embora os efeitos do crescimento econômico de longo prazo e do progresso técnico científico informacional (Santos: 1999-2000) possam ser capazes de provocar mudanças no padrão de comércio internacional, nada há de conclusivo sobre a natureza destes efeitos. Ademais, uma análise do crescimento econômico requer a inclusão da totalidade de seus determinantes, entre os quais o estoque de capital e o investimento. Certamente, os investimentos são os únicos elementos nos quais há consenso como determinante do crescimento. Os efeitos do comércio sobre o investimento, em sua dimensão quantitativa e qualitativa, permanecem uns enigmas.

Na esfera internacional os benefícios oriundos da liberdade de comércio pressupõem a ordenação do mercado global por meio de marcos jurídicos institucionais, acordados em negociações multilaterais, que garantam tanto a previsibilidade de expectativas dos agentes econômicos quanto à solução de conflitos entre as partes. O sistema regulatório assim criado deve especificar o domínio do permitido, bem como as condutas nocivas ao comércio internacional.

Mais recentemente, este ponto tem sido estudado no âmbito das economias em desenvolvimento e das economias desenvolvidas, à medida que ambas aumentaram seu grau de abertura comercial e financeira, principalmente após a segunda metade dos anos 80, como é o caso dos países da América Latina que adotaram programas de estabilização macroeconômica e reformas estruturais. Os fluxos de capital retornaram a estes países, que estiveram por vários anos excluídos do mercado internacional de capitais. Contudo, os resultados deste processo em termos de crescimento, de performance macroeconômica, assim como de ganhos de bem estar, foram modestos.

Apesar da estabilização macroeconômica e do retorno ao mercado internacional de capitais, outros fatores de instabilidade se mantiveram nas economias latino-americanas, tais como altas taxas de juros, dívidas interna e externa crescentes, desigualdade salarial e performance macroeconômica modesta. Neste quadro, é inegável que a abertura não implicou crescimento econômico estável para o mundo em desenvolvimento. Por exemplo, o desempenho da economia brasileira durante os anos 90 foi incapaz de produzir taxas de crescimento similares às verificadas na década de 70, quando, apesar da crise econômica mundial de 1974, o Brasil apresentou uma taxa média de crescimento anual do PIB da ordem de 7%. Contudo, após a crise da dívida dos anos 80, a economia brasileira estagnou-se, concomitantemente ao aumento da taxa de desemprego e da concentração da renda. E a situação permanece problemática, mesmo após a estabilização de preços de 1994, embora tenha produzido resultados de curto prazo benéficos sobre a distribuição da renda, em função dos seus efeitos sobre o imposto inflacionário. O modelo de crescimento econômico neoclássico mostra que programas de liberalização deveriam aumentar o crescimento econômico, a partir dos impactos de reformas estruturais sobre a produtividade do trabalho e sobre a produtividade total dos fatores (PTF). Entretanto, vários estudos, com resultados distintos e às vezes divergentes, não lograram demonstrar uma relação evidente entre comércio, política comercial e crescimento econômico.

2. ASPECTOS TEÓRICOS

A literatura acerca da relação entre comércio e crescimento encontra-se na teoria das vantagens comparativas, assim como no modelo Hecksher-Ohlin, e os de Stolper e Samuelson, os quais são baseados na dotação de fatores e no princípio das vantagens comparativas. Mais recentemente, a nova teoria do comércio internacional apresentou argumentos para a competitividade dos países. Embora os resultados de modelos indiquem que o crescimento econômico pode ter efeitos sobre os padrões de

comércio internacional, não há evidências claras sobre a relação causal entre estas variáveis. Para Williamson (1988) alguns autores tentam demonstrar que economias abertas tendem a convergir mais rapidamente para um estado de crescimento equilibrado (*steady-state*) do que economias fechadas (Sachs e Warner, 1995; Edwards, 1992, 1993, 1998; Srinivasan and Bhagwati, 1999, Krueger, 1997; Ben-David e Kimhi, 2000). Resultados encontrados por outros autores sugerem que a abertura pode obstar o crescimento econômico, dados seus efeitos perversos sobre a indústria nascente, ou em função de restrições de balanço de pagamento, numa abordagem que privilegia os impactos da demanda agregada sobre a renda (Taylor, 1993; McCombie and Thirlwall, 1999; Blecker, 1999b; Helleiner, 1996; UNCTAD, 1995). Outros, ainda, são céticos acerca da capacidade de a abertura estimular o crescimento econômico, mesmo discutindo tal questão a partir de metodologias similares às utilizadas pelos defensores dos benefícios da abertura para o crescimento (Rodriguez e Rodrik, 1999; Rodrik, 1999; Harrison e Hanson, 1999).

Em estudo sobre comércio internacional, a teoria das vantagens comparativas é necessariamente a primeira a ser discutida. De acordo com este modelo, o comércio permite a utilização mais eficiente dos recursos econômicos visto que possibilita a importação de bens e serviços que, de outra forma, só poderiam ser produzidos internamente a um custo superior. O engajamento no comércio internacional permite aos países em desenvolvimento importar bens de capital e intermediário (cruciais para o crescimento de longo prazo) a preços inferiores aos dos similares produzidos domesticamente.

O caso tradicional de ganhos de comércio é baseado em vantagens comparativas, a partir das quais, num modelo estático, o país que abre sua economia apropria-se de ganhos líquidos de bem estar. Como sabido, o modelo ricardiano explica ganhos de bem estar quando qualquer país se especializa na produção de bens nos quais detém uma vantagem comparativa.

A teoria do comércio internacional originou-se do modelo de Ricardo sobre as vantagens comparativas dos países, a qual baseia na produtividade do trabalho como determinante do comércio, ou seja, as vantagens comparativas ricardianas clássicas provêm do diferencial de produtividade da mão-de-obra entre os países. Considera dois países e duas mercadorias, reduzindo todos os fatores de produção a um único, qual seja o trabalho. Além do mais, supõe que a produção de cada mercadoria é realizada a partir de coeficientes técnicos fixos. Dadas estas condições, a tecnologia explica o padrão de comércio internacional. Assumindo a hipótese de ausência de custos de transportes, o modelo estabelece como condição de existência de comércio internacional a presença de diferenças entre os custos de oportunidade de se produzir as duas mercadorias nos dois países. Mesmo se um país apresentar vantagem absoluta na produção das duas mercadorias, as especializações produtivas, seguidas de comércio, é preferível a uma situação de produção autárquica. Satisfeitas as condições de comércio, quando cada país se especializa na produção da mercadoria na qual apresenta menor custo de oportunidade e adere ao comércio internacional, o bem estar das duas economias, assim como da economia mundial, aumenta. Entre as principais críticas ao modelo ricardiano está o pressuposto de que só o trabalho é utilizado na produção de bens e serviços, e o de que o coeficiente trabalho produto é fixo. Os fatos mostram que as diferenças no uso do capital também contribuem para a produtividade do trabalho. Dessa forma, país com capital abundante poderia alocar esse fator para ampliar a produtividade da sua mão-de-obra.

Heckscher (1991) e Ohlin (1991) foram os pioneiros na formulação de uma teoria do comércio internacional que levasse em conta a diferença na dotação de trabalho, de capital e de recursos naturais como determinantes do comércio entre os países. Identifica a diferença nas dotações de fatores como a causa do comércio. Mais especificamente, e seguindo o teorema de H-O, em um modelo de dois países, cada país exporta a mercadoria que utiliza mais intensivamente o fator produtivo mais abundante internamente. Contudo, a sustentação da validade do modelo H-O requer

algumas hipóteses essenciais muito restritivas, cuja utilização explica a pequena capacidade de verificação empírica do modelo, em sua versão estática. A primeira hipótese supõe que as funções de produção apresentem produtividade dos fatores positiva, porém decrescente, e retornos constantes de escala. Os dois bens devem possuir diferentes funções de produção, sem o que não seriam bens distintos. Esta primeira hipótese é, como sabido, básica para o argumento neoclássico. A segunda hipótese considera que a estrutura da demanda é idêntica nos dois países. Isto significa que, dado qualquer preço relativo, a proporção nas quais os dois bens são consumidos independe do nível de renda (este é o caso de uma função utilidade homotética). Finalmente, a terceira hipótese exclui a possibilidade de reversão na intensidade do uso dos fatores.

Diferentemente do ricardiano, o modelo HO suprime a diferença entre a necessidade de trabalho dos países como fonte do comércio internacional e afirma que mesmo que a produtividade fosse idêntica haveria espaço para as vantagens comparativas em razão da diferença na dotação relativa dos fatores. Conforme o HO, a diferença entre os preços relativos dos países se deve à diferença na dotação dos fatores, o que determina o comércio internacional. Logo um país com muito capital por trabalhador exportaria bens intensivos em capital, enquanto um com pouco capital por trabalhador exportaria bens intensivos em trabalho.

Conforme Camargo e Giambiagi os modelos de complementariedade baseados na escassez relativa dos fatores não explicam o crescimento do comércio internacional decorrente da expansão das exportações e das importações simultâneas de produtos pertencentes a uma mesma indústria. A nova teoria do comércio surge então para explicar essa nova característica das trocas internacionais baseadas nas hipóteses chamberlianais de diferenciação do produto, das economias de escala e da competição monopolista. A incorporação dos rendimentos crescentes de escala aos modelos de comércio internacional tornou-se um aspecto fundamental complementar a explicação do comércio internacional dos HO.

O teorema de Stolper-Samuelson foi o primeiro a explicar os efeitos do comércio internacional na distribuição de renda e generaliza o modelo H-O (o modelo Heckscher-Ohlin-Samuelson). O modelo Heckscher-Ohlin-Samuelson (H-O-S) analisa os efeitos do comércio internacional sobre o emprego e sobre a distribuição de renda. De acordo com este modelo, o comércio internacional leva a um equilíbrio Pareto-eficiente com maior bem-estar mediante a realocação intersetorial dos recursos. Movimentos nos preços relativos criam diferenciais intersetoriais de remuneração de fatores que estimulam o movimento de fatores de produção até o ponto em que tais diferenciais sejam eliminados. Supondo um país no qual o setor importador é intensivo em capital e exportador intensivo em mão-de-obra, uma reorientação da estratégia da substituição de importações para uma estratégia voltada para exportações reduz os preços relativos domésticos dos bens importados. Conseqüentemente, se a economia estiver operando sobre a fronteira de possibilidade de produção, o produto do setor exportador aumentará concomitantemente a uma redução do produto do setor importador. Dado que o segmento exportador é menos intensivo em capital que o setor importador, a mudança na composição do produto aumenta a demanda agregada por trabalho e diminui por capital. O resultado será um novo equilíbrio, no qual os salários reais aumentam e a rentabilidade do capital cai, promovendo a redistribuição da renda da após a abertura. Assim, de acordo com o modelo H-O-S, a liberalização comercial é uma importante política para os países em desenvolvimento aumentarem concomitantemente sua taxa de crescimento e os salários reais. O oposto deve ocorrer num país desenvolvido em razão da abundância de capital. As formulações de Heckscher-Ohlin, e as de Stolper e Samuelson (HOS), fornecem a seguinte predição para um país como o Brasil: a abertura deve afetar os preços dos fatores por meio da mudança dos preços relativos dos bens; bens intensivos em trabalho qualificado devem ter seus preços reduzidos e *vice-versa* para os bens

intensivos em trabalho não qualificado. Como consequência, deve haver redução da desigualdade salarial entre os trabalhadores.

O teorema da equalização dos preços dos fatores (EPF) (Samuelson, 1948 e 1949) estende a análise do HOS para mostrar que, a partir de certas hipóteses, o comércio internacional homogeneiza o retorno absoluto dos fatores de produção entre as economias. Assim, o salário real nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento tende a convergir para um ponto intermediário reduzindo, pois, os salários dos trabalhadores dos países desenvolvidos e aumentando os salários absolutos de seus colegas dos países em desenvolvimento. As principais hipóteses usadas para a formulação da teoria são: os fatores de produção são qualitativamente os mesmos entre as economias; as funções de produção também são as mesmas entre as economias; há livre movimentação de bens entre as economias; não há custos de transporte ou de alfândega; fatores de produção não se movem entre economias; e países não se especializam completamente na produção do(s) produto(s) que tem (têm) maior vantagem comparativa. A partir dessas condições Samuelson mostra que, em equilíbrio, os preços reais dos fatores são iguais entre as economias (Arbache, 2001).

Rybczynski (1955) examina, a partir da estrutura teórica de HOS, os efeitos do aumento da oferta de um dos fatores de produção mantendo-se constante a oferta do outro fator. Mostra que o aumento da oferta de um fator leva ao crescimento absoluto da produção do bem que o usa intensivamente, assim como à queda absoluta da produção do outro bem. O resultado é a piora dos termos de troca entre os bens, com redução do preço daquele que usa o fator de produção agora mais abundante. Uma importante implicação desse teorema é ele ajudar a mostrar como a entrada de países (China e EUA, por exemplo) com ofertas de fatores tão distintos na economia internacional afetam os retornos dos fatores. Por esse teorema, a entrada de países em desenvolvimento no comércio internacional (China, Paquistão, Bangladesh, Índia, Indonésia, Brasil, e outros) é suficiente para expandir a oferta absoluta do fator trabalho e afetar os retornos dos salários. Note-se que esse efeito será observado apenas nesse caso, não solicitando mudança na estrutura de proteção. Rybczynski mostra que as predições do HOS se aplicam sem que necessariamente se requeira redução ou eliminação da proteção. O que importa são os efeitos do aumento absoluto da oferta dos fatores de produção nos preços internacionais deles.

MALAN, P & BAER, W (1979) ao escreverem sobre comércio internacional e distribuição de renda tem considerado capital, trabalho qualificado e trabalho não qualificado como os fatores de produção relevantes. A justificativa teórica é a suposição de que há complementaridade entre capital e trabalho qualificado. Assim, o fator trabalho é separado em duas categorias e seus retornos podem ser diferentemente afetados pelo comércio internacional. Considera-se, que nos países em desenvolvimento há abundância de trabalho não qualificado, e nos desenvolvidos de trabalho qualificado.

Apesar de dominar o debate teórico e empírico, o arcabouço HOS não é a única estrutura teórica apta à análise dos efeitos do comércio na economia, especialmente em se tratando de países em desenvolvimento. Talvez uma das mais proeminentes hipóteses para explicar os efeitos da abertura nesses países seja a que sugerem haver relação positiva entre abertura comercial, crescimentos econômicos e capitais humano, originados dos pressupostos teóricos e dos resultados empíricos da nova teoria do crescimento (Arbache, 2002a; Sarquis e Arbache, 2002). A idéia simples é que regimes mais liberais de comércio, de capital e de mercado financeiro tendem a criar melhores prospectos de crescimento, aumentando, com isso, a taxa de investimento, e atraindo investimento estrangeiro direto. O maior acesso aos mercados internacionais tende a reduzir os custos dos novos investimentos por meio do acesso aos mercados de capitais e à importação de máquinas, de equipamentos e de tecnologias, o que torna possíveis maiores taxas de crescimento e aumento da produtividade total dos fatores.

Na medida em que os bens de capital importados têm, incorporadas novas tecnologias, a aquisição deles deve promover a difusão de inovações e mudar o nível tecnológico do país em desenvolvimento. Como as máquinas e os equipamentos transferidos para o país menos desenvolvido são viesados em favor de trabalho qualificado, já que foram concebidos para os países desenvolvidos onde esse fator é abundante, assim deve haver mudança na estrutura de demanda de trabalho favorável aos trabalhadores qualificados com respectivos retornos do capital humano⁶. Quanto maiores as importações de bens de capital e o volume de investimento estrangeiro direto, maior deverá ser também o impacto disso na estrutura de demanda por trabalho. Essa hipótese foi denominada por Donald Robbins (1996) *deskill-enhancing trade*. Contrariamente ao que pressupõe o modelo de HOS, uma importante implicação dessa hipótese é que a desigualdade de rendas pode aumentar, e não diminuir, num país em desenvolvimento que liberaliza seu comércio.

De forma geral, a literatura empírica para países em desenvolvimento mostra evidências contrárias às predições do modelo HOS, e a explicação mais popular dela constante é a complementaridade entre tecnologias – que tendem a ser incorporadas após a liberalização comercial –, investimentos estrangeiros diretos e trabalho qualificado.

Uma síntese da teoria do comércio internacional tradicional está na tese de que os comércios internacionais, excluindo-se o caso de distorções ou falhas de mercado, conduzem a uma situação de maior bem-estar, comparativamente a uma situação de autarquia. Por isso, prescrições de política sugerem que a abertura é sempre a melhor alternativa, visto que políticas de liberalização comercial e de capitais são capazes de aumentar o bem-estar, num modelo estático de eficiência, ou estimular o crescimento econômico, num modelo dinâmico. As limitações e as hipóteses restritivas da maioria destes modelos, como o H-O-S, têm como resultado sua fraca validação empírica. Na verdade, mesmos os autores do mainstream têm ressaltado a fragilidade de tais modelos, liderados pela Nova Teoria do Comércio Internacional, que enfatiza a natureza de funções mal comportadas, fundadas na tradição H-O-S. É necessário enfatizar que uma abordagem mais detalhada da relação entre comércio e crescimento tem que considerar aspectos institucionais e os efeitos potenciais de fatores que estimulam a demanda, assim como os constrangimentos de balanço de pagamento potencialmente associados a processos de abertura econômica.

Srinivasan e Bhagwati (1999), rebatendo a crítica dos que duvidam da capacidade de políticas comerciais liberais promoverem desenvolvimento econômico, argumentaram que a teoria do comércio internacional tradicional é aquela que, ainda hoje, fornece o melhor instrumental para se entender a relação entre comércio e crescimento. Sustentam que a abertura comercial e o livre movimento de fatores e de tecnologia contribuem potencialmente para o crescimento. Consideram equivocado criticar a relação entre comércio e crescimento proposto pela teoria tradicional, enfatizando que esta engloba a possibilidade teórica da abertura comercial produzir, na presença de falhas de mercado, menos bem-estar e menor crescimento. Assim, nos termos da teoria tradicional, a abertura comercial permite aos países explorar vantagens comparativas e com isto melhorar a eficiência da alocação de seus recursos domésticos. Além do mais, do ponto de vista dos autores em foco, os frutos da tecnologia do conhecimento e da inovação podem ser avaliados em qualquer lugar.

Certamente, o aspecto fundamental do crescimento é o investimento. O investimento é o motor do crescimento. Neste sentido, o investimento é tipicamente

⁶Theodore W. Schultz e Gary Becker são considerados os precursores da *teoria do capital humano*. Esses autores, ligados inicialmente à economia da educação, foram seguidos por outros nomes conhecidos, tais como M. Blaug, S. Rosen, G. Psacharopoulos, Z. Griliches, M. R. Rosenzweig. Nesse ínterim, o trabalho de *Theodore Paul Schultz*, filho de Theodore W., da *Yale University*, apresenta uma síntese valiosa sobre a teoria do capital humano, desde o seu surgimento até as últimas evidências empíricas (ver *Schultz, T. P.*, 1988). Ainda com relação aos trabalhos que procuram evidenciar empiricamente a teoria do capital humano, no Brasil, destacam-se os nomes de Carlos Langoni, Cláudio de Moura Castro, Alberto de Mello e Souza e Ricardo Paes de Barros.

uma variável de demanda, de maneira que os modelos neoclássicos, antigos e novos, negligenciaram a importância da demanda agregada no crescimento das economias capitalistas. Ademais, o fato de que os modelos de crescimento são fechados e, mesmo os abertos, focalizam apenas comércio e crescimento, desconsiderando os constrangimentos de balanço de pagamentos. Instituições importantes para o crescimento econômico devido ao fato de que o investimento é correlacionado com o background institucional em cada país.

2.1. Política Comercial e Crescimento

A literatura sobre política comercial e crescimento constitui um aspecto da discussão sobre o crescimento, desde que a política comercial seja uma tentativa de se criar uma *proxy* para a participação do comércio no PIB de cada país (Frankel e Romer, 1999). O fortalecimento do processo de integração comercial estimulou a realização de vários estudos tentando identificar as conexões dos efeitos benéficos da liberação comercial sobre o crescimento. Entretanto, mesmo utilizando numerosos modelos, estes estudos não alcançaram resultados robustos. Ao contrário, a experiência de alguns países em desenvolvimento, que enfrentaram desequilíbrios macroeconômicos, após a crise da dívida, é rica em demonstrações de que a abertura pode trazer consigo desequilíbrios macroeconômicos, entre os quais a sobrevalorização da taxa de câmbio e déficits em conta corrente.

Sachs e Warner (1995) é um dos estudos mais citados e debatidos entre aqueles que discutem os benefícios da liberalização comercial. A partir da construção de um indicador de abertura, os autores aplicaram um modelo para determinar se a liberalização comercial e a implementação de reformas resultam em melhor desempenho econômico. Este estudo considera que um país possui uma economia fechada se apresenta pelo menos uma das três características seguintes: 1) barreiras não-tarifárias incidindo sobre 40% ou mais do comércio; 2) tarifa média de 40% ou mais; 3) um prêmio de 20% ou mais no mercado paralelo de câmbio; 4) uma economia socialista; e 5) monopólio estatal na maioria das exportações. Em contrapartida, uma economia é considerada aberta se nenhum dos itens anteriores a ela se aplica. Usando este critério, os autores encontraram resultados indicativos de que o crescimento econômico é maior nas economias abertas do que nas fechadas. Ademais, concluíram que economias abertas tendem a convergir para um crescimento equilibrado mais rapidamente do que as fechadas. Para Rodriguez e Rodrik (1999), os resultados de Sachs e Warner (1995) são fortemente influenciados por outros fatores que não a abertura, apresentando, em consequência, um viés expressivo.

Edwards (1993) analisou a relação entre política comercial e performance econômica, focalizando o comportamento do crescimento da produtividade nos países da América Latina. Partindo da hipótese de que os programas de liberalização comercial destes países tiveram como objetivo reduzir o viés antiexportador das políticas comerciais, assim como transformar o comércio internacional em "motor do crescimento", o autor utilizou uma regressão cross-section para 54 países, com o objetivo de investigar a maneira pela qual as distorções comerciais afetaram o crescimento da produtividade no período 1971-82. Suas conclusões fortalecem a visão de que a abertura favorece o crescimento econômico. O autor utiliza o modelo neoclássico tradicional, no qual a função de produção agregada é $y_t = A_f(K_t, L_t)$, e o crescimento da Produtividade Total dos Fatores (PTF) é A/A . Considera que há duas fontes de crescimento da PTF (inovação doméstica e imitação estrangeira) e adverte que economias abertas, particularmente no mundo em desenvolvimento, podem desfrutar de inovações técnicas internacionais mediante a abertura de suas economias.

Alguns estudos mostraram que os benefícios produzidos pela abertura em termos de crescimento estável são modestos, fato que se desdobra em alguns

problemas de difícil solução. Enquanto estudos comparativos internacionais, usando regressões *cross-section* ou dados de painel, têm sido incapazes de definir precisamente as relações entre abertura e crescimento, estudos de caso nacionais parecem oferecer melhores resultados, uma vez que incorporam algumas características específicas destes países, como as variáveis institucionais ou os padrões históricos. Por exemplo, países com estratégias de desenvolvimento similares como México, a Argentina e o Brasil, são diferentes de países asiáticos ou de países desenvolvidos. Conseqüentemente, a abertura de suas economias produz resultados diferenciados, dadas as especificidades de suas variáveis institucionais e de características econômicas. Nestas circunstâncias, as generalizações utilizadas em regressões *cross section* ou em dados de painel para um grande número de países em desenvolvimento ou desenvolvidos podem obscurecer algumas diferenças importantes. Mesmo entre países similares, no que se refere ao padrão de desenvolvimento e às instituições, é difícil fazer generalizações, embora existam alguns fatos estilizados comuns (Taylor, 1991; Helleiner, 1992; Ocampo e Taylor, 1998; Frenkel, 1998; Ros e Lustig, 1999).

De fato, como Frenkel (1998:01) enfatiza, *"As reformas financeiras na América Latina não foram iniciativas políticas isoladas, mas implementadas geralmente como componentes do pacote de reformas estruturais do Consenso de Washington e em conjunto com programas de estabilização macroeconômica importantes"*. Ademais, um estudo que pretende relacionar crescimento e comércio deveria considerar não somente as iniciativas políticas constantes do Consenso de Washington, mas também a estrutura institucional e o padrão histórico de cada país. Como Ocampo e Taylor (1998) destacaram, desvendar os efeitos do comércio nos países em desenvolvimento não é uma tarefa simples. Certamente, a maioria dos programas de liberalização tem sido acompanhada por pacotes de políticas de estabilização macroeconômica, bem como de liberalização financeiros implementados para permitir a entrada de capitais. Nestas condições, argumentam que é necessário rever e criticar aquilo que as teorias dizem sobre os determinantes e resultados dos fluxos de comércio, num primeiro momento, ao nível microeconômico, e posteriormente ao nível macroeconômico.

Por conseguinte, enquanto alguns estudos têm encontrado uma relação entre abertura e crescimento, muitos outros a negaram. Diante disto, é possível afirmar que a abertura está longe de garantir crescimento de longo prazo. Ao contrário, a experiência da América Latina parece demonstrar que a abertura conduz à vulnerabilidade externa e a níveis mais baixos de crescimento econômico. Talvez, a única relação robusta encontrada pelos estudos sobre liberalização comercial é a existência de uma forte correlação entre abertura e desigualdade de renda.

Como Rodrik (1999) destacou, na Coreia do Sul, Cingapura e Formosa (países tidos como exemplos de estratégia de crescimento econômico para fora), a acumulação de capital físico foi importante determinante do crescimento econômico. Não bastasse, a construção de um sistema financeiro forte, com a ajuda governamental, desempenhou um papel fundamental na estratégia de crescimento sustentado de longo prazo. O mesmo pode ser dito da Industrialização por Substituição de Importação (ISI) que precedeu a estratégia de desenvolvimento orientada para fora. Tais considerações mostram que as estratégias de investimento e outras características, como estabilidade macroeconômica e equilíbrio externo, foram essenciais para garantir o crescimento daqueles países. Por sua vez, a história de numerosos países como Argentina, Brasil, México e Chile revelam com nitidez que entre os mais importantes estrangulamentos do crescimento econômico de longo prazo estável está o desequilíbrio externo, tanto no que se refere às transações correntes quanto à conta de capital do balanço de pagamentos. Na contabilidade das transações correntes, o déficit estrutural no balanço de serviços tende a impedir a estabilidade do crescimento econômico. Já em relação à conta de capital, o problema está referido aos fluxos de curto prazo de capitais especulativos, assim como ao comportamento e ao padrão do endividamento externo de longo prazo. Com referência

ao conjunto do balanço de pagamentos, a volatilidade das reservas internacionais aparece como outro foco de instabilidade. Assim, comércio e crescimento estão relacionados a constrangimentos de balanço de pagamentos, nos quais as variáveis de demanda do balanço de contas correntes desempenham papel relevante. Dadas tais características e constrangimentos, a abertura comercial e financeira não aumenta necessariamente o crescimento econômico.

Outros modelos foram construídos para identificar a relação de causalidade entre comércio e crescimento, utilizando, para tanto, variáveis instrumentais. Frankel e Romer (1999) construíram um modelo, no qual as características geográficas dos países constituem elementos que têm importantes efeitos sobre o comércio e que, ao mesmo tempo, não estão correlacionados à renda. Como estes autores enfatizam, talvez a dificuldade para explicar empiricamente a relação entre comércio e crescimento é que a participação do país no comércio internacional pode ser endogenamente determinada. Uma das maneiras de evitar tal endogeneidade é testar a política comercial como um Proxy desta participação. 14 Entretanto, como Rodriguez e Rodrik (1999) enfatizam esta tentativa parece frágil uma vez que a maior parte das variáveis utilizadas no modelo é correlacionada com a política macroeconômica, do mesmo modo com outras variáveis. O objetivo do artigo de Frankel e Romer (1999) é propor um instrumental alternativo para o tratamento do comércio, tentando medir seus impactos sobre crescimento, sem os problemas mencionados. Neste sentido, os autores utilizam características geográficas como variáveis instrumentais para estimar o impacto do comércio sobre a renda e crescimento e tomam como indicador de comércio internacional a participação do fluxo total de comércio (valor das exportações somado ao valor das importações) no PIB.

As variáveis instrumentais consideradas no estudo de Frankel e Romer são o comércio internacional, comércio interno e a renda como variável dependente. Por seu turno, o comércio internacional é tratado como uma função da proximidade geográfica de um país com os demais. A idéia de trabalhar com estas variáveis instrumentais pretendem evitar a endogeneidade que outras variáveis *proxies* poderiam ter sobre a renda. Intuitivamente, países menores podem fortalecer sua participação no comércio internacional, simplesmente porque possuem menores possibilidades de aumentar o comércio interno. É por esta razão que os autores levam em consideração tanto o comércio internacional como o tamanho dos países.

Este problema é tratado focalizando-se o componente do comércio explicado por fatores geográficos. Alguns países comerciam mais intensamente porque estão próximos a países populosos e outros comerciam menos, dado o seu isolamento geográfico. Fatores geográficos não estão influenciados por renda ou pela política governamental e não há provavelmente um canal de ligação direto entre seus impactos e a interação entre residentes de um país e de outro, e vice-versa. Em consequência, a variação de comércio explicada por variáveis geográficas serve como experimento natural para identificação dos efeitos do comércio. Os resultados do estudo sugerem que o comércio interno do país aumenta a renda (Gonçalves, 1994).

Uma vez mais, constata-se o fato de que, tanto a liberalização comercial quanto a liberalização da conta de capital, realizadas por intermédio de política comercial ou de regras para a movimentação de capital, parecem dar sustentação aos modelos de comércio e crescimento pelo lado da oferta. Neste caso, a política comercial tem de se tornar um meio para permitir maior abertura, em oposição a políticas intervencionistas de comércio, tais como as associadas às estratégias de crescimento por substituição de importações. A idéia básica está na crença de que, apesar da presença de algumas distorções, maior inserção internacional implica maior crescimento.

3. BRASIL E CHINA

O desafio da economia contemporânea tem sido enfrentado e vencido pela China num grau e numa intensidade que desperta a atenção de economistas, políticos e homens de Estado de todo o mundo. Numa época que se define pela globalização econômico-financeira, o Estado chinês vem conseguindo manter uma alta performance como Estado nacional-desenvolvimentista, sem cair no desequilíbrio e no caos inflacionário.

O fenômeno chinês tem sido visto e compreendido como uma consequência da generalização dos efeitos decorrentes do crescimento das economias do Leste Asiático. Essas economias, lideradas pelo Japão, geraram a vaga da industrialização dos “pequenos dragões” (Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura), que elevou a renda nacional desses países ao mesmo nível dos grandes estados industrializados do Ocidente.

O Brasil e a China, como dois gigantes do mundo em desenvolvimento, desde a formalização das relações diplomáticas em agosto de 1974, têm caracterizado o seu relacionamento pelo diálogo e pela cooperação. Em um sistema internacional ainda marcado pelo conflito ideológico, os dois países logo puderam perceber através de suas lideranças maiores que ambos pautavam suas relações por princípios e ações que apresentavam “convergências no plano mais alto da política internacional”⁷.

A China propunha como normas de aplicação às relações interestatais que deviam reger o sistema internacional, os famosos “Cinco Princípios da Coexistência”: respeito mútuo à soberania e integridade territorial, não agressão, não intervenção nos assuntos internos, igualdade e benefícios recíprocos e coexistência pacífica. A política externa brasileira, por sua vez, sempre pautou sua conduta pelos princípios da soberania nacional, independência, autodeterminação, não intervenção e igualdade entre os Estados.

O conflito ideológico que dividia o mundo em blocos opostos permitia a afirmação de uma política comum em defesa da autonomia e independência dos países dos dois lados do contencioso. Principalmente porque existia entre Brasil e China um grande paralelismo no esforço que ambos empreendiam na construção de um projeto nacional de desenvolvimento.

É sintomático que os contatos entre os dois países tenham se originado de uma iniciativa do empresário Horácio Coimbra, que em 1970 visitou a título privado a Feira de Cantão. Dessa iniciativa pioneira surgiram às primeiras negociações que culminariam no ato de estabelecimento de relações diplomáticas em 1974. Foram empresários brasileiros que buscavam novos mercados para os seus produtos que deram os passos iniciais, trazendo para o primeiro plano a necessidade de os governos chineses e brasileiros estabelecerem relações políticas, malgrado o distanciamento entre os regimes políticos, orientados por concepções antagônicas, em plena disputa da Guerra Fria.

Esta aproximação entre os dois Estados se afirma em uma grande unidade de visões sobre vários itens da pauta mundial. Em todos os organismos internacionais o voto brasileiro e chinês é visto como uma posição de consenso para uma grande parte da comunidade dos estados e nações do mundo em desenvolvimento. O diálogo e a cooperação entre os dois países cada vez mais adensam e aproximam os governantes e a sociedade brasileira e chinesa. E se desenvolve não apenas no plano político, mas também no campo científicos e técnicos, acadêmicos e culturais.

O ano de 1999 marcou significativamente o aniversário dos 25 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a China com o lançamento do satélite sino-brasileiro de levantamento de recursos da terra⁸ (*Chinese-Brazilian*

⁷ Desde a primeira visita de um presidente brasileiro à China, em 1984, general João Figueiredo, os dois países tem procurado basear seu relacionamento “na convergência no plano mais alto da política internacional, bem como em projetos e realizações de caráter econômico-comercial, de cooperação e de intercâmbio cultural”

⁸ As imagens geradas pelo satélite CBER têm aplicação no monitoramento ambiental, demarcação de reservas ecológicas, planejamento urbano e monitoramento de queimadas ou áreas com devastação ambiental em grandes extensões desabitadas e ainda, na coleta de dados meteorológicos, ambientais e hídricos da terra.

Earth Resources - CBER), primeiro grande resultado da cooperação científica entre os dois maiores países em desenvolvimento. Naquele ano, quando a China comemorava o cinquentenário de fundação da República Popular, foi realizado no Rio de Janeiro o grande seminário Brasil-China, organizado pelo Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais (IPRI) e que reuniu especialistas de várias áreas de atividades para discutir o destino da cooperação sino-brasileira.

A importância do diálogo Brasil-China se faz cada vez mais sentir nos inúmeros e decisivos desafios da nova ordem mundial, da nova configuração mundial do poder e/ou do novo mapa do mundo. O primeiro é naturalmente o da natureza mais rígida ou mais flexível da geometria mundial de poder existente e da "ordem internacional" dela emanada. O segundo tem a ver com o processo de internacionalização econômica e da capacidade de cada país de converter seus novos vetores em benefício de seu desenvolvimento econômico e social e de suas oportunidades de melhoria. O terceiro vincula-se à capacidade das elites dirigentes locais de definirem com clareza diretrizes estratégicas de inserção internacional e à sua capacidade de maximizar oportunidades para implementá-las, seja contando quase que apenas com o potencial de seu país (como o caso da China), seja através da busca de alianças táticas e estratégicas visando a ampliar esse potencial (como a formação de "blocos regionais", por exemplo).

O Brasil e a China são dois países de dimensões continentais, submetidos ao mesmo desafio de desenvolver-se para atingir padrões mais altos de riqueza e poderio nacional. A maturidade desse desenvolvimento deverá impor uma decisiva mutação no sistema econômico e político internacional. Por deter essa possibilidade é que os dois países são vistos como uma ameaça potencial ao *status quo*. Por um mínimo cálculo se pode perceber que as ambas estão destinadas à missão de operar uma transformação na tendência secular de domínio dos países setentrionais sobre os países meridionais.

Assegurar a cooperação sino-brasileira para fazer frente à globalização é o que se anuncia como uma parceria estratégica que fará desta relação um dos eixos de combinação política do próximo milênio. Esta parceria diferencia-se das contratadas com outros países na medida em que não se trata de construir apenas uma convivência pacífica, mas sim edificar uma nova ordem mundial baseada na igualdade entre as nações.

O mundo globalizado do pós Guerra Fria impõe às nações, como objetivo de medição de força, o universo inteiro da ciência-técnica e do mundo econômico-financeiro, tanto quanto o mundo das armas. Disso decorre quase como uma lei, que os países em desenvolvimento experimentem um crescente hiato em relação ao mundo industrializado, sendo submetidos a intensas pressões inibidoras do crescimento e altamente lesivas à soberania e até mesmo ameaçadoras à integridade territorial e patrimonial.

Daí que a parceria estratégica brasileiro-chinesa possa ser compreendida segundo alguns parâmetros. O primeiro, político, resulta do fato de que tanto o Brasil quanto a China possuem peso específico nos dois lados do mundo por serem países em desenvolvimento, capazes de agregar consensos nos foros internacionais. O segundo é o domínio científico e técnico, no qual ambos podem explorar juntos alguns dos umbrais da tecnologia, como no lançamento do programa do satélite de sensoriamento remoto CBERS⁹, ou na tecnologia da informação, em que as duas nações fazem um esforço para desenvolver sua capacidade.

Nos domínios econômicos, comerciais e financeiros, como no acadêmico e cultural, apresentam-se alguns problemas e afirma-se um potencial pouco explorado. Embora o nível das trocas econômicas e comerciais entre o Brasil e a China constitua o mais importante entre qualquer dos países latino-americanos e a grande potência asiática, parece fácil constatar que se encontram muito aquém do desejável.

⁹ Ver em: INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), <http://www.inpe.gov.br>

Cabe lembrar, neste sentido, a estadia do Senhor Zhu Rongji, no Brasil, em 1993, quando, na condição de presidente do Banco do Povo da China, defendeu na FIESP a parceria estratégica entre o Brasil e a China, acentuando a importância de uma significativa cooperação no campo econômico, comercial e financeiro entre os dois países. Esta posição foi retomada, em 1995, por outra grande personalidade chinesa em visita ao nosso país, os Senhores Li Tieying, (atual presidente da Academia de Ciências Sociais da China) e o astrofísico Sun Jiadong, que apontaram como meta a ser perseguida a quadruplicação do nível de trocas comerciais e técnicas na área espacial sino-brasileira.

É possível imaginar que, se tivéssemos alcançado realizar essas previsões ainda na primeira metade dos anos 90, estaríamos hoje com um volume de comércio com a China quase da ordem dos US\$ 12 bilhões. Com algum esforço a mais, talvez conseguíssemos um equivalente ao comércio com o Mercosul, elevando para US\$ 20 bilhões as trocas entre as duas economias. Teríamos consolidado a condição de um *Global Trader* sul-americano, com participação importante em todos os grandes mercados mundiais.

Ocorre que parte dessas dificuldades também está presente no outro processo de aproximação levado a cabo pelo Brasil e pela China. Trata-se do mútuo conhecimento e do incremento do intercâmbio cultural e acadêmico. Essa dimensão do relacionamento sino-brasileiro se situa em nível abaixo do seu potencial de crescimento.

Neste campo ainda não nos dotamos dos meios necessários para o conhecimento mais intenso e extenso da realidade chinesa. Como é reconhecido, o esforço de gerações de pesquisadores norte-americanos, de Fenollosa a Fairbank, desenvolveu e implantou uma área de estudos chineses nas universidades americanas, que a fez alcançar e ultrapassar em quantidade os centros de estudos sinológicos na Europa.

Por iniciativa de lideranças políticas americanas criaram-se programas de intercâmbio e cooperação universitários sino-americanos que desempenham um papel crucial na importante relação política estratégica do pós-Guerra Fria. Muito embora, o Estado brasileiro não disponha dos mesmos recursos que o norte-americano, é crescente a demanda por estímulos e iniciativas no domínio dos estudos brasileiros sobre a China.

Nas condições que caracterizam a economia mundial e a interpenetração de fatores políticos, culturais, técnicos científicos informacionais e militar-estratégicos que dominam a cena internacional contemporânea, a parceria estratégica Brasil-China impõe a crescente aproximação e o maior conhecimento mútuo sino-brasileiro.

4. ASPECTOS FINAIS

Este estudo explora as relações entre comércio e crescimento. E, especificamente, examina se o comércio afeta o desenvolvimento. Os argumentos apresentados pretenderam salientar que, no plano teórico, este ponto é, no mínimo, ambíguo. Como foi discutida, a teoria clássica do comércio internacional é insuficiente para defini-la com clareza. De fato, a teoria ricardiana das vantagens comparativas trabalha com ganhos de comércio internacional estáticos, não relacionados diretamente ao crescimento econômico. Do mesmo modo, a versão dinâmica da abordagem ricardiana apresentada não chega a um resultado inequívoco no que se refere aos benefícios do comércio. Ao contrário, abre a possibilidade de o comércio ser entendido como prejudicial ao crescimento econômico. Por sua vez, também o modelo H-O-S revela-se inconclusivo, quando se trata de definir os efeitos do comércio internacional sobre o crescimento econômico, visto que suas hipóteses são fortes e restritivas.

Por seu turno, os modernos modelos abertos de crescimento endógeno e a Nova Teoria do Comércio não lograram obter resultados seguros relacionando abertura e crescimento. Certamente, os teóricos da Nova Teoria Internacional defendem a tese de que a liberdade comercial é uma alternativa melhor que o intervencionismo. Isto, porque, do seu ponto de vista, o intervencionismo produz falhas de ausência de mercado e estimulam processos de retaliação, elementos geradores de impedimentos ao crescimento econômico. Entretanto, seu esforço para definir uma relação clara entre comércio internacional e crescimento produziu resultados limitados. Vale lembrar, o quanto é difícil explicar que a abertura ao comércio pode estimular o crescimento, por intermédio de seus efeitos sobre a produtividade total dos fatores.

Refletir sobre abertura econômica sem considerar os contextos histórico e institucional dos países é desprovido de sentido, dado que tais elementos constituem pontos fundamentais no debate sobre as relações entre abertura e crescimento. Nesta direção, é importante registrar que o balanço de pagamentos é um elemento essencial para qualquer teoria de crescimento econômico, representando uma importante variável para se delimitar o nível ótimo de abertura que deve estar associado a uma economia específica. Países de grandes dimensões tendem a ser mais fechados, ao passo que a eleição da melhor estratégia de crescimento para uma nação depende da taxa de câmbio, da dinâmica inflacionária, dos estrangulamentos fiscais, assim como do ambiente internacional. Esta perspectiva sugere que há diferentes e variadas prescrições de política relacionando política comercial e crescimento, ou abertura e crescimento. Por conseguinte, é importante considerar os aspectos institucionais particulares de cada país.

O Brasil deverá estar atento a todas as oportunidades de negociações de acesso a mercados que se apresentem. Embora seja custoso para um país emergente participar dessa multiplicidade de iniciativas, o avanço do regionalismo no comércio internacional não permite posturas de isolamento daqueles que atribuem às exportações papel relevante para suas expectativas de crescimento econômico.

Na era da logística e das redes e sistemas de comunicação eletrônica de massa os dois países podem estabelecer um grau de complementaridade e de integração, de maneira que se pode antecipar que o século XXI talvez venha a integrar o Brasil e a América Latina ao processo de construção da Ásia Pacífico, assegurando uma cooperação bilateral que se transformará num dos eixos da concertação internacional do milênio.

Escreve-se, pensando no caso do Brasil, que jogar esse jogo visando a ampliar o raio de manobra política no campo internacional, para resguardar a capacidade decisória sobre o plano interno, passa: 1) por uma clara redefinição do que sejam os interesses nacionais do país no contexto hoje existente, e; 2) pela conjunção da ação política, econômica e diplomática em dois planos simultâneos: de um lado, no da diversificação de alianças táticas bilaterais com os atores principais (sejam eles países ou empresas), assim como o estabelecimento de alianças *ad hoc* com outros atores nas arenas multilaterais; de outro lado, mas ao mesmo tempo, no da consolidação de alianças estratégicas em nível regional, através de uma série de acordos econômicos e políticos desde que tais arranjos não envolvam uma relação desproporcionalmente assimétrica de poder entre as partes envolvidas.

Para ilustrar com uma questão atual, isto significaria no caso do Brasil, fortalecer sua posição como *global trader*, consolidar o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), ampliar sua posição na ALADI (Associação Latino-Americana de Integração) e afastar para mais tarde a eventual constituição da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). E essa tem sido a posição do governo brasileiro.

Deve-se advertir que a eficácia de tal sistema requer a adesão das nações desenvolvidas. Sem o comprometimento com as regras multilateralmente acordadas, a adoção de medidas unilaterais tenderia a aumentar, ampliando-se o protecionismo. Sob o pretexto de atuar na defesa de padrões eqüitativos, a expansão do "unilateralismo agressivo" teria como resultado prático transferir parte dos problemas

advindos com a perda das vantagens comparativas do norte em certas áreas, o que contribuiria para deteriorar a exclusão social do sul.

5. BIBLIOGRAFIA

ARBACHE, J.S. **Abertura comercial e mercado de trabalho no Brasil**. In: LISBOA, M.B. e MENEZES-FILHO, N.A. (Orgs.). **Microeconomia e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: Contracapa e EPGE/FGV 2001a.

_____. e DE NEGRI, J.A. **Determinantes das exportações brasileiras: novas evidências**, IPEA, 2001 (mimeo).

_____. **Diferenciais de salários no Brasil: evidências e implicações**, IPEA, 2002 (mimeo).

_____, **Comércio internacional competitividades e políticas públicas no Brasil**, Ipea, 2002 (mimeo)

Batista, J. Chami, e Azevedo, J. P. 2000. O desempenho das exportações brasileiras para os Estados Unidos: o papel do Nafta e da taxa de câmbio sobre a competitividade brasileira. **Anais do XXVIII Encontro Nacional de Economia**. Campinas: Anpec, dezembro.

Batista, J. Chami. 2001. Livre-comércio de produtos manufaturados entre o Brasil e a União Européia, in Tironi (org.). **Aspectos estratégicos da política comercial brasileira**. V. 1. Coleção Economia e Diplomacia, Brasília: Ipea/Ipri.

BECKER, Gary S. **El capital humano**. Madrid: Alianza Universidad Textos, 1983.

_____. Nobel Lecture. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 101, n.3, p. 392-394, 1993.

BONELLI, R. e HAHN, L. **Resenha dos estudos recentes das relações comerciais brasileiras**, Ipea, 2000 (Texto para Discussão, n. 708).

CACCIAMALI, M.C. Emprego no Brasil durante a primeira metade da década de 80. In: SEDLACEK, G.L. e BARROS, R.P. (Eds.). **Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea**. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Econômico e Social.

_____. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, J.M. e GIAMBIAGI, F. **Distribuição de renda no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra.

GONÇALVES, R. **O Abre-Alas: A Nova Inserção do Brasil na Economia Mundial**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

HECKSCHER, E.F. The Effects of Foreign Trade on the Distribution of Income, **Economisk Tidskrif**. In: HECKSCHER, E.F. e OHLIN, B. Heckscher-Ohlin trade Theory. Cambridge, MA: The MIT Press, 1991.

MALAN, P & BAER, W. **Economia Internacional**. São Paulo: Saraiva, 1979.

RYBCZYNSKI, T.M. Factor endowment and relative commodity prices. **Economica**, v. 22,p. 336-341, 1955.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo: Razão e Emoção**. São Paulo, HUCITEC, 1999. p. 190.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização do Pensamento Único à Consciência Universal**. Rio de Janeiro, Editora Record, 2000.

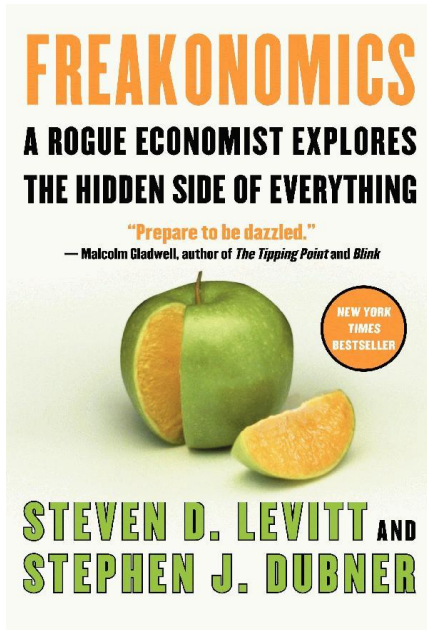
SCHULTZ, Theodore Paul. **Education Investments and Returns**. In: CHENERY, H., SRINIVASAN, T. N., eds. *Handbook of Development Economics*. [s.l.] Elsevier Publishers B. V., 1988. v. 1, p. 544-630.

SCHULTZ, Theodore William. **O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

WILLIAMSON, J. **Economia Aberta e a Economia Mundial**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

PET-Indica

(sugestão de filmes, livros, etc)



Obra: Freakonomics – O estranho mundo da economia
Autor: Steven Levitt, Stephen Dubner
Ano de publicação: 2005

O livro lançado em 2005 faz parte de uma coletânea de estudos do economista Steveb Levitt e do jornalista Stephen J, Dubner. Defende teses polêmicas como a legalização do aborto e como ela seria a grande responsável pela redução das taxas de criminalidade de Nova York.

No primeiro capítulo se discute as origens da corrupção. No segundo, os autores debatem problemas decorrentes de assimetria de informação. No terceiro aborda o por que que os traficantes de drogas, apesar de estarem em uma atividade altamente rentável, ainda têm um baixo padrão de vida.

O quarto capítulo é o mais polêmico que é o que defende a tese de que o aborto legalizado seria o grande responsável pela diminuição da criminalidade em Nova lorque, e não fatores como a existência de uma economia mais forte, o aumento do número de policiais, a implementação de estratégias policiais inovadoras ou as mudanças no mercado de drogas. Os autores argumentam que filhos indesejados teriam maior probabilidade de se tornarem criminosos, pelas condições precárias de vida a que estariam sujeitos durante sua criação.

Por tratar de assuntos polêmicos existem muitos pesquisadores que vão contra essa teoria e dizem que esse estudo não passou de um erro de cálculo, basta agora você ler e tirar as suas próprias conclusões.

Cristina Maria Dalla Nora

Eventos

“II EREGEO- Encontro Regional de Estudantes de Geografia do Sul”

Data: 18 à 21 de abril de 2008.

Local: Universidade Federal de santa Catarina

Inscrições até dia 18 de abril, pelo site: <http://www.caligeo.ufsc.br/eregeo/inscricao.php>

“Seminários artigo para publicação de Dissertação do MPPT”

Data: 24 de ABRIL, às 19:00

Local: sala 19 – FAED.

“Jornadas Bolivarianas. Nações e Nacionalismos na América Latina.”

Data: 22 a 25 de abril de 2008.

Local: UFSC, Florianópolis, Santa Catarina

Informações no blog: <http://www.jornadasbolivarianas.blogspot.com/>

“V Seminário Latino-Americano e I Ibero-Americano de Geografia Física”

Data: 12 a 17 de maio de 2008

Local: Santa Maria, Rio Grande do Sul

Informações pelo email: vslagf@mail.ufsm.br

“IV Simpósio da Sociedade Latino-americana e Caribenha de História Ambiental”

Data: 28 à 30 de maio de 2008

Local: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Inscrições pelo site : <http://www.fafich.ufmg.br/solcha/pt/inscricoes.html>

“10 Encuentro Internacional Humboldt”

Data: 13 a 17 de outubro de 2008

Local: **Rosario - Provincia de Santa Fe - Argentina**

Informações pelo email: centrohumboldt_br@hotmail.com

Chamadas

- A Revista em Extensão, uma publicação anual da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da universidade Federal de Uberlândia (Proex/UFU), está recebendo trabalhos para publicação até 20 de julho de 2005. As normas para publicação poderão ser acessadas em <http://www.proex.ufu.br/2020/publicacoes/normas.doc>. Informações adicionais poderão ser obtidas pelo telefone (34) 3239-4845 ou pelo e-mail extensao@proex.ufu.br.
- A "Revista da ANPG: ciência, tecnologia e políticas educacionais" prorrogou até 10 de maio o prazo para envio de artigos sobre políticas educacionais em geral, sobre ciência e tecnologia em geral e também especificamente sobre Educação a Distância e sobre Etanol, Biocombustíveis e Energia. As normas para publicação podem ser encontradas em <http://www.anpg.org.br/revista/normas.htm>.

- Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal – PPTAL. Processo de seleção simplificado para consultoria na modalidade PRODUTO: EDITAL 2008/002 - Três técnicos especializados em estudos ambientais (Biologia, Engenharia Florestal, Engenharia Ambiental, Ecologia, Geografia, Geologia, ou áreas afins ou pós-graduação). Atividade: realizar investigação de campo nas Terras Indígenas Mura (Murutinga, Sissáima e Ponciano - Capivara, Muratuba e Lago do Limão - Juaray, Guapenu e Vista Alegre) com o fim de obter os dados acerca de aspectos ambientais relacionados ao vínculo e relação que as comunidades indígenas mantêm com seu território. Remuneração: R\$ 18.000,00 para cada técnico. Período para recebimento de Currículo: até 18 de abril de 2008. Os editais, na íntegra, estão disponíveis na FUNAI/PPTAL, SEPS Q. 702/902 Ed. LEX, sala 349, Brasília-DF ou na internet no seguinte endereço: <http://www.funai.gov.br/licitacao/contratacoes.htm>.

Informes PET-Geo

CinePET: Os Sem Floresta

O PET Geografia da UDESC realizou atividade extensão CinePET no dia 04 de abril de 2008 às 14h com a mostra do filme Os Sem Floresta. Com a presença de 31 alunos de 5ª e 6ª séries da Escola de Educação Básica Leonor de Barros, a atividade se mostrou extremamente positiva para o grupo.

As crianças ficaram bastante à vontade e trocaram idéias nas discussões pertinentes ao filme, como a destruição de florestas e o avanço das cidades sobre essas áreas naturais. O bolsista Daniel Lacerda comandou a discussão com as crianças, incluindo-se a participação dos professores da Escola presentes no evento.

Gostaríamos de agradecer o apoio da Direção de Extensão da FAED e de todos os professores e alunos que foi de fundamental importância para o nosso êxito. Nossas atividades, principalmente as de extensão, estão sendo aperfeiçoadas com o intuito de atingir cada vez mais a comunidade como um todo.

Maria Luiza Rovaris Cidade

Atividades do PET programadas para Abril/Maio

Abril

10 de abril	8:00 horas 19:00 horas	Reunião da Pesquisa com a Tutora Palestra: Meios de locomoção de pessoas na cidade de Florianópolis: uma discussão sobre a evolução, situação atual e propor soluções
15 de abril		CinePET: A Queda
24 de abril	8:00 horas 17:30 horas	Seminário de Estudos de Textos Clássicos – Filosofia e Política: O Príncipe Cap. VIII ao XI Maquiavel

Maio

01 a 04 de maio		SulPET
15 de maio	17:30 horas	Seminário de Estudos de Textos Clássicos – Filosofia e Política: O Príncipe Cap. XVI ao XIX e XXI e XXII Maquiavel
19 de maio		CinePET: Uma onda no ar
21 a 25 de maio		Semana da Geografia da UFSC - SEMAGeo
23 de maio	17:30 horas	Seminário de Estudos de Textos Clássicos – Filosofia e Política: Mandrágora - Maquiavel